

LINGUA E NAÇOM EM CASTELAO

PEDRO FERNANDEZ VELHO
INB. Celanova

Se para Herder "a língua de um povo é o seu espírito e o seu espírito é a sua língua" (1), em Humboldt radicalizam-se os termos, substituindo-se povo por naçom e modo de pensamento de umha comunidade por espírito da naçom.

A língua devém nestes autores numha espécie de memória colectiva e desde um focamento que Marcellesi define como *unanimismo* afirma-se a unidade metafísica, nom dialéctica, entre a língua de umha naçom e a visom do mundo que ela veicula (2).

Se a isto acrescentamos as palavras de Dilthey: "Do mesmo jeito que o indivíduo, todo sistema cultural, toda comunidade tem em si própria o seu centro. (...) O que o espírito pom hoje do seu carácter é manhá história" (3), teremos, em esboço, o quadro conceptual que explica os pressupostos em que assentam as ideias de Castelao sobre o idioma e, em grande medida, sobre a naçom.

"Non sabemos- afirma o autor de Rianjo- se a língoa é un eco dos sentimentos intransferibles d-un povo ou se na fala se modelan os pensamentos e o ser moral da nación". Em qualquer caso "a língoa é o atributo mais esencial da nación" e "o factor decisivo de diferenciación nacional" (4).

Mas entre umha língua histórica e umha sociedade histórica dadas nada revela umha analogia global entre as suas estruturas respectivas.

Com efeito, línguas de estruturas comparáveis servem a sociedades muito diferentes entre si, do mesmo jeito que idiomas muito afastados e discordantes entre si vivem e desenvolvem-se em sociedades do mesmo regime social (em Europa oriental, por exemplo).

A língua nom é um "espelho" da realidade senom um "reflexo" de um estado de sociedade, certamente mediatizado pola posiçom pessoal e de classe do

(1) Citada por Robins, R.H., *Breve historia de la lingüística*, ed. Paraninfo, Madrid, 1974, p. 172.

(2) Marcellesi, J.B. e Gardin, B., *Introducción a la sociolingüística*, ed. Gredos, Madrid, 1978, p. 23.

(3) Citados em Abbagnano, N., *Historia de la Filosofía*, 3 vols., ed. Hora, Barcelona, 1982, III, pp. 491-492.

(4) R. Castelao, A., *Sempre en Galiza*, 4ª ed. de Ed. Galiza do Centro Galego de Buenos Aires e o Instituto Argentino de Cultura Galega, Buenos Aires, 1944, pp. 285, 297 e 323. Todas as indicaçoms de páginas referem-se a esta ediçom.

enunciador no proceso histórico. Ainda que, como sistema de designaçõs, apresenta testemunhos insubstituíveis a respeito das formas e as fases de organizaçom sócio-cultural. Contodo é imprescindível procedermos com cautela mercê à discronia entre tais sistemas de designaçõs e os estados de sociedade, pois que as designaçõs podem subsistir logo que os referentes, as realidades mudem (5).

E quando Castelao pom o problema da naçom e utiliza a definiçom objetivista de Staline transluz, de umha parte, os propósitos decisivamente político-estratégicos que animam o seu discurso e, de outra, umha perspectiva essencialmente culturalista; pois, embora funcione decerto como umn apelo mais convincente para os republicanos de esquerda, está a reflectir, por contra, a escassa viabilidade do galeguismo como projecto político, visível nos sucessivos resultados eleitorais.

Como sublinha Marcellesi tamém a posiçom de Staline constituía umha clara mediaçom político-ideológica: designadamente legitimava o russo como necessário instrumento de relaçom entre as distintas repúblicas ao tempo que outorgava às nacionalidades o direito a existirem como grupos étnico-culturais (tam só).

Na verdade, como afirma Castelao em carta a Rodolfo Prada em maio de 1938 desde Kiel "a liberdade das nacionalidades e a sua autonomía fixeron posible a coordinación dos intreses morales e materiales da URSS. Liquidar definitivamente un problema de *ratz sentimental* favoreceu o desenrolo dos plans, porque as preocupaçõs estatales non estaban interferidas por outra caste de preocupaçõs". E ainda que admita seguidamente "os perigos que eisten para manter a longo prazo as diferenciacións (...), o problema das nacionalidades ficou resolto" (6). Ultrapassa, pois, o nosso autor o conceito de naçom como reserva etnográfica?

Partindo, como se evidenciará, de umha visom romántico-historicista Castelao pandiará umha e outra vez cara um populismo e um sobredesenvolvimento da componente cultural que o leva a afirmar no livro III de *Sempre en Galiza*: "Non é a hexemonía política de Castelao o que máis nos magoa; é a imposición do seu idioma e pol-o mesmo, da súa cultura, e máis que cada da súa civilización". Até o ponto de que Galiza, segundo ele, aceptaria reducir-se ao grau jurídico de umha simples *regiom* se ficasse garantida a sua independência espiritual (7).

Este posicionamento decididamente idealista gerará graves limitaçõs analíticas, como salienta Xavier Castro a respeito do seu modelo social (8). Bem é

(5) Benveniste, E., *Problemas de lingüística general*, II, Siglo Veintiuno Editores, 1977, pp. 96 e 99.

(6) Carta de Castelao a Dom Rodolfo Prada, cedida polo Museu de Ponte-Vedra para o especial *Castelao e Bóveda, irmáns de A NOSA TERRA*, extra 5-6, Vigo, 1986, pp. 77-78.

(7) R. Castelao, A., *op. cit.*, pp. 292 e 293.

(8) Castro, Xavier, *O galeguismo na encrucillada republicana*, 2 vols., Dep. Prov., Ourense, 1985, I, p. 250.

certo que no Partido Galeguista, segundo este autor, tampouco primavam, mesmo no campo cultural, os plantejamentos de renovação, de criação de unha cultura nova ajeitada às necesidades de un tempo de mudanza, senon unha posición defensiva, un tanto esclerosada (9).

Afirmemos, em primeiro termo, que o nacionalismo galego surge nomeadamente por subdesenvolvemento económico relativo, como observa Recalde (10). Admitamos que o control do voto polos caciques, a incultura, a frusração secular das classes camponesas, unha sociedade desvertebrada com unha economía extravertida e dependente dificultavam a construción de un nacionalismo arredor do que Beramendi chama factores estruturais sócio-económicos e estruturais políticos do referente próprio ou afirmativo que é Galiza (11). Assi chegaremos a entender que os elementos étnicos e os de historicidade ficassem sobredimensionados.

A construción de unha nação, nom obstante, deve ser, antes de mais, un proceso de participación popular, pois que as nações-estado europeias ou as africanas ao sul do Saara, por exemplo, nom se levantáron sobre a base da etnicidade. Os povos nom tenhem essência, só tenhem história e interpretações dessa história, embora nom rejeitemos o conceito de "morada vital" (fluyente e móvel) ironiza sobre a ideia estática de "intra-história" de Unamuno (12).

O pasado só oferece um quadro como ponto de partida e desafio para que a *intelligentzia* elabore unha estratégia político-ideológica que consiga interessar determinadas classes ou blocos sociais, pois que só com a acción destes a nacionalidade como feito objectivo, "natural", devirá em força histórica.

A nação nom preexiste como "poder mágico da Terra e do povo", como "fatalidade biológica"; fai-se, pois que é unha realidade social. O "carácter nacional" é unha abstracção quieta, ainda que admitamos que o mito nacional elaborado desde o etnicismo desempenhe unha função antropológica de integração e defesa da identidade colectiva. Eis a dimensom positiva do discurso galeguista contemporáneo quando teimosamente reivindica em fórmula de Otero Pedraio "a Galiza substantiva, afincada no centro de um devir próprio" (13). Mas

(9) *Ibid.*, pp. 421 e 422.

(10) Recalde, J.R., "Intersección de dos procesos nacionales -estudio del conflicto español-vasco-", em *Estudios de Historia Social*, núms. 28-29, ano 1984, ed. Instituto de Estudios Laborales y de la Seguridad Social, Madrid, p. 84.

(11) G. Beramendi, J., "Os referentes nacionais en Rosalia e no provincialismo galego", em *Actas do Congreso internacional de estudios sobre Rosalía de Castro e o seu tempo*, 3 vols., ed. Universidade de Santiago de Compostela, 1986, III, p. 382.

(12) Castro, Américo, *Sobre el nombre y el quién de los españoles*, ed. Sarpe, Madrid, 1985, p. 253. Vid. ao respeito a afirmação de Castelao em "O galeguismo no arte", publicado em *Nós* -Boletín mensual da cultura galega. Orgao da sociedade "NOS"- (Ourense), núm. 80 (Agosto de 1930), p. 155: "Non entendo por tradición a serie de aitualidades superpostas senon o eterno que vive acochado no instinto popular".

(13) Otero Pedraio, R., *Rosalía*, ed. Galaxia, Vigo, 1985, pp. 133, 135.

a lucidez do estratega consistirá em converter estes feitos diferenciais em alavanca de um planeamento, de um empreendimento nacional com futuro.

Castelao, por contra, nem sequer compreendia o presente, "um tempo de mudanças", como explica Ramon Villares: De 1900 a 1930 a população activa passará, no campo, de perto do noventa por cento ao sessenta e cinco. E ainda que o conjunto da economia do país continua a ser hegemonicamente agrária, "Consolida-se, por primeira vez, umha moderna industria como a conserveira, aparecen importantes actividades de tipo terciario e, en consecuencia, medran notablemente os núcleos urbanos". Mas Castelao focará esta nova classe media urbana só desde a perspectiva da sua desaleguização e da sua incúria intelectual (14).

Em *Do meu diario*, por exemplo, declarava em 1922: "Decididamente eu son nemigo das cibdades (...). No intre que fitei Paris a carón das chimères de Notre Dame o meu ruralismo moqueouse dos homes civilizados" (15).

Que naçom quer construir na Europa do século XX quem confessa que, nesta nova época, "o mundo volve a Edade-Medea (...); as supersticiós científicas do século XIX non puderon esmagar a preestórica necessidade metafiseca de Xermania e a vella alma do Gótico trunfa icom o Expressionismo! de todol-os racionalismos e materialismos que a tiñan aferrollada?" (16).

Que quer dizer, pois, Francisco Rodríguez quando fala da "superaçom teórica e prática do culturalismo", do "cerne materialista e nom metafísico da doutrina política de Castelao", da "dialéctica marxista" ou do "nacionalismo de esquerdas" do nosso autor?

É certo que no livro IV de *Sempre en Galiza* o rianjeiro parece emendar a sua perspectiva organicista e romántico-historicista quando comenta o postulado de Renán sobre a naçom como consciéncia e como vontade colectivas (17). Mas afinal fica ancorado no idiosistema inicial: "Pero unha nación é algo máis que un agrupamento de individuos: é un ser orgánico, real e permanente, rexido por leis d-unha bioloxia semellante á do home. Nos povos xa maduros pesa máis a continuidade das xeracións e o vencillo social do lingoaxe que os convencionalismos igualitarios e as monergas cosmopolitas, como así mesmo se ve que para ser patriota compre mellor vivir do pasado e para o futuro que aferrarse ao presente" (18). Nom ilude, desta arte, o confronto inescusável de elementos estáticos e dinámicos com que todo presente desafia a um homem realista?.

Historicamente, como já apontamos, o que fundamentalmente provoca a resposta nacionalista e reivindicativa da Periferia som "los factores económicos derivados del carácter parasitario de la estructura socio-económica y política del reino de Castilla, que era la cabecera de la monarquía", como sublinha Trías

(14) Villares Paz, R., "O marco histórico", no especial *Castelao e Bóveda...*, pp. 13-16.

(15) Vid. *Nós* (Ourense), núm. 10 (Abril de 1922), p. 1 e núm. 13 (Novembro de 1922), p. 2.

(16) R. Castelao, A., "Cubismo", em *Nós*, núm. 11 (Junho de 1922), p. 5 e "Do meu diario", *Nós*, núm. 16 (Fevereiro de 1923), p. 5.

(17) R. Castelao, A., *Sempre en Galiza...*, pp. 440 e ss.

(18) *Ibid.*, p. 457.

Vejarano (19), bem que, decerto, "os golfos e señoritos de Madrid" ou "os alleiros" do interior sejam um claro expoente desta situação e braço executor do etnocídio cultural desde umha violência assimilista. Do mesmo jeito que hoje em dia a burguesia parasitária galega mais a burocracia neocaciquil (gestora e beneficiária do neocolonialismo do Centro estatal) constituem umha aliança objectivamente destrutora da nossa nação.

Nom por acaso os membros do colectivo Realidade (anti-)Galega se inseriram nos principais partidos com presença parlamentar para assegurarem o controlo do poder político num alarde inimaginável de bastardia cultural. Menos mal que Castelao já nom os pode amaldiçoar desde o seu rigor ético-político, aplacado como está após o rito goyesco da sua reintegração à Terra-Mai.

É desta óptica que tem plena vigência a denúncia tam teimosa do caciquismo polo autor de Rianjo como a praga mais destrutora do país, pois que som "parásitos de pura apariencia democrática", constituindo, segundo ele, a alienação histórica a marca permanente da classe política galega. "Para eles, afirma, Galiza é um "enser", nom um "ser" (20). Todo isto é verdade, sempre que nom confundamos as questons de fundo e nom desloquemos as raízes dos conflitos.

Focaremos agora o binómio iberismo-"lusitanismo" (ou referente de reintegração, como o denomina Beramendi), provando que tampouco está isento de contradições.

Com efeito, no discurso de 18-9-31 para um projecto de Constituição republicana sublinha por duas vezes a virtualidade hispanista da sua lusofilia, mas Castelao sabia tamém que produzia receio, pois algum ministro chegou a declarar que "os *separatistas* galegos andábamos en tratos ilícitos cos portugueses" (21). Era, pois, o lusitanismo umha clara arma política contra o centralismo.

Mas no fundo este já lugar comum na tradição galeguista exprimia o *celto-atlantismo* tam arvorado por Risco ou o *pan-galeguismo*, em expressom introduzida por Pina de Moraes. Mito que funcionava como alternativa de cultura (espiritual) face à doença e decadência da Europa industrializada onde "a técnica responde a un estado morboso da nosa cultura ocidental", em palavras de Risco, visom explicitamente assumida por Castelao em *Do meu diario* e o *Cubismo* (22).

Isto gera a ambigüidade do significado último do iberismo castelaísta. Na aparência todo fica claro: "A clave do ideal ibérico, declara, está e estará sempre en Galiza" (23). Porém a missom histórica do nosso povo é ser engonço da unidade ibérica, sustentada no livre, democrático e pacífico entendimento das línguas e culturas peninsulares. Só Galiza pode concretizar essa velha arela que

(19) Triás Vejarano, J., "Nación y movimiento político", em *Estudios de Historia Social...*, p. 89.

(20) R. Castelao, A., *Sempre en Galiza...*, pp. 114, 173 e 174.

(21) R. Castelao, A. et al., *Discursos parlamentarios (1931-1933)*. Escolma, limiar e notas de Xosé Lois García, ed. do Castro, A Corunha, 1978, p. 190.

(22) Risco, Vicente, em *Nós...* núm. 33 (Setembro de 1926), p. 9.

(23) R. Castelao, A., *Sempre en Galiza...*, p. 364.

Castela nunca logrou debido à sua mentalidade uniformadora. Isto exigiria a convergência idiomática e cultural de Portugal e Galiza, com o que remataria a hegemonia de Castela. Curiosamente, no entanto, a Real Academia Galega fundara-se na mesma época em que lingüístas portugueses estavam a trabalhar na Nova Ortografia -o que facilitaria o achego entre ambas as variantes- e nom se avançou quase nada na tarefa de normativizar o galego. Castelao em nengum momento alude à "*porfia ortográfica*", assunto de permanente actualidade, como salientava Risco (24).

Tinha tamém a alma dividida por causa da crónica indecisom amorosa entre Castéla e Portugal ou só sonhava com exumar a Gallaecia arqueológica desde um narcisismo culturalista que rejeitava tanto Madrid como Lisboa?

Tentaremos aclarar este paradoxo. Castelao reconhece a "identidade económica e social do aquén e do alén Miño, traducida mañán, coa autonomía de Galiza, n-unha identidade de Dereito" (25).

Mas nom tira conclusons sócio-políticas; simplesmente fai umha leitura culturalista: "U-nha Galiza autónoma cultivaría os atributos, agora puramente rústicos, da súa persoalidade e non tardaría en erguelos até o nivel portugués, n-unha inevitable coincidencia de xenios. Abriríase, desde modo, un novo ciclo galaico-portugués" (26). Esquece Castelao mais umha vez a situação geolingüística e geopolítica do nosso povo. Patenteia umha cosmovisom idealista, regeneracionista e utopista quando afirma que Galiza "é a fonte de todo canto foi e pode volver a ser [Gallaecia]" (27); ou que a demora na libertaçom do Aquém-Minho fai esmorecer as energias étnicas de Portugal, pois este sofreu umha degradaçom étnico-lingüística ao ultrapassar o Mondego (28).

E no seu optimismo voluntarista ousa afirmar que "para renascer a Galiza abóndalle con calquera lampo de esperança" (29). A obra de Rosalia de Castro,

(24) Vicente Risco, em *Nós*, núm. 26 (Fevereiro de 1926), p. 16, reconhece que as "porfias" que mais preocupavam aos galegos versavam sobre a fala, o teatro, o vanguardismo e o comunismo; afirmando, a respeito da primeira, que "na outra trincheira, os que queren estreital-a aberta de Portugal e Galiza poñendo *nh* e *lh*, non teñen paciencia pr'agardar qu'a chuvia derreta as estatuas de sal". Continuaremos os reintegracionistas aguardando passivamente que a esfinge sabellpinheirista perpetue a desorbitaçom de Galiza e do galego cara o modelo central? Quando compreenderemos que o seu hipergaleguismo robinsónico constrange, de feito, o galego a constituir-se só sobre a deteriorada situação dialectal da língua falada, ficando ceifadas, desta arte, as suas possibilidades como língua normal de criação cultural e comunicaçom? Sob a máscara enxebrista están as lantelhas da vassalagem política, idiomática e cultural. Eis o enigma das estatuas que nom se derretem.

(25) R. Castelao, A., *Sempre en Galiza...*, p. 361.

(26) *Ibid.*, p. 360.

(27) *Ibid.*, p. 351.

(28) *Ibid.*, pp. 348 e 346. Tampouco precisa comentário esta pérola castelaísta: "Desde o Meiodia lusitano irrádíase u-nha especie de andalucismo, que desvirtua a orixinalidade galaico-portuguesa. (...) A língua que eles crearon e axigantaron é a que nós soubemos manter en *prístina enxebreza*" (p. 358, ainda que o sublinhado é nosso).

(29) *Ibid.*, p. 348.

que nom está tingida de impurezas como a poesía saudosa de Antóni Nobre, demonstra para ele que "Galiza aínda é a fonte máis pura da Saudade, o Norte das ourentacións", e deve ser, subseqüentemente, "o faro luminoso da civilización atlántica" (30).

Em resumo, Castelao desde um nacionalismo predominantemente cultural, como ele reconhece explicitamente, deseja que a cultura galega se confunda com a portuguesa e que ambos os povos voltemos a falar e cantar no mesmo idioma, correspondendo-lhe ao "etnos galaico" o rol regenerador da decadência e crise que agora sofre a "alma en pena lusitana" (31).

Embora o português literário seja nos seus traços fundamentais umha continuação do galego interamnesense, o seu destino de "língua imperial" determinou umha certa nivelação lingüística em torno a Lisboa (32), podendo afirmar que as falas galegas (tamém as do Norte de Portugal) se acham numha situação, de diglossia interna a respeito da "koiné" portuguesa (acontecendo algo semelhante com o valenciano face ao catalám académico) (33). Este feito explica o receio de Castelao a respeito do sotaque dos lisboetas ("especie de andaluces que falan cos dentes pechados") (34) apesar de suster que a independência de Portugal nom fijo senom "trocar en frores de xardín (civilización) as frores ventureiras (cultura) do noso linguaxe" e de reconhecer a possibilidade de intercomunicação no mesmo idioma entre galegos e portugueses (35).

Pode-se, em consequência, postular, como fai AGAL, umha subnorma culta, talvez provisória, para o galego, dentro do iberorrománico ocidental, sempre que concedamos ao português a função de arquétipo idiomático para os usos formais.

O conceito castelafista de língua, que Marcellesi definiria como unificante e abstracto, torna impossível umha focagem historicamente lúcida e progressista do problema lingüístico quando nom tem clara a distinção entre *língua transmitida* (falada), instrumento de comunicação do quotidiano, e *língua adquirida* (escrita, culta), ferramenta de criação cultural e comunicação internacional.

Nos tempos que correm nom é suficiente um critério de depuração e rejeição de castelhanismos que tam exemplarmente tentava praticar Castelao. Para dotarmos ao galego da rendibilidade necessária para que poda justificar-se o seu uso e pormo-lo em condições de competir com a língua estatal; para invertermos, em suma, o seu processo de degradação que, num quadro de

(30) *Ibid.*, pp. 354, 352, 355, 101.

(31) *Ibid.*, pp. 335 e ss. e 340.

(32) Sílvio Elia, "O galego-português matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro", em *Actas I Congreso internacional da língua galego portuguesa na Galiza*, Ed. AGAL (Associação Galega da Língua), A Corunha, 1986, p. 187. Fai o autor umha síntese mui aclaradora da consideração do galego na romanística europeia e hispana.

(33) Vid. Ferrando Francés, A., "La situación sociolingüística del català al País Valencià. Parallelismes amb el cas gallec", em *Actas I Congreso...*, pp. 149-161.

(34) R. Castelao, A., *Sempre en Galiza...*, p. 338.

(35) *Ibid.*, p. 31.

desmobilizaçom social, avança mais depressa pola pressom esmagadora do castelhana e alienaçom dos poderes públicos, é mister um planeamento normalizador e normativizador de alcance sistemático que faga realidade um espaço lingüístico-cultural galego-português. Nem sequer precisamos ser lusófilos ou iberistas para aderir a esta posiçom. Avonda ser galegos, bem que comprovemos a ironia e paradoxo de o atlantista rianjeiro nom alinhar-se na luta por esta alternativa, que tam dignamente sustinham homens tam significados da sua geraçom como Viqueira. Admiramos o seu compromisso e clareza como guia e estrategia político ao tempo que evidenciamos as limitaçoens do seu conceito de língua. Reconhecemos, no entanto, a honestidade de Castelao, pois que ele, confessando-se nom versado em questons lingüísticas, nunca polemizou sobre a "loita ortográfica" (para utilizar umha expressom de Vilar Ponte) (36).

Desde a sua mundivisom idiomática nom podia entender que "Disectamos el universo según las líneas puestas por la naturaleza y por nuestras necesidades comunicativas y cognoscitivas más que por nuestro lenguaje", tal como acredita o sociolingüista inglês R.A. Hudson (37).

Este é nomeadamente um jeito de açom, em que a parole reflecte um sistema codificado de intercâmbios sociais subjacentes, de relaçoens de poder, de pressons institucionais... sem cuja compreensom a conduta lingüística do falante devém incompreensível.

Como salientava Benveniste, a língua é antes de mais um tipo de produçom, umha prática social que os grupos ou classes levam a cabo para imporem um determinado complexo axiológico, apropriando-se do aparelho de denotaçom que é comum a todos, bem entendido que, segundo Hudson, "Los valores aceptados por la comunidad mayoritaria serán los del grupo de más poder de la comunidad, puesto que será éste el que controlará los canales de influencia como las escuelas y los medios de comunicación" (38).

A situaçom problemática do galego que tanto preocupava a Castelao era, em definitivo, o reflexo de umha luta pola "reorganizaçom da hegemonia cultural" (mas nom só) no interior e umha questom de dignidade face ao Estado diglósico e assimilista.

O seu *unanimismo* lingüístico nom lhe impede, nom obstante, analisar mesmo com acuidade profética as relaçoens galego/castelhana: Ainda com a República de 31 as "línguas regionais", denuncia Castelao, viviam num "campo de concentración" ou numha "reserva india". Para Castelao o federalismo nom era o regime de autonomias de 31. Seria necessária umha nova Constituiçom (39). "Un galeguista conscente -dizia- libre de apremios políticos, soio con carácter transitorio pode aceptar u-nha autonomía con hipoteca, pois calquera institución

(36) Vilar Ponte, A., *Pensamento e sementeira*, Ediciones de Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, 1971, pp. 242 e 243.

(37) Hudson, R.A., *La sociolingüística*, ed. Anagrama, Barcelona, 1981, p. 115.

(38) *Ibid.*, p. 212 e Benveniste, E., *op. cit.*, pp. 101 e 104.

(39) R. Castelao, *Sempre en Galiza...*, pp. 293 e 314.

galega que non xurda da propia soberanía implicará subordinación, dependencia e escravitude" (40).

Hoje o modelo lingüístico do Estado espanhol segue a reflectir umha ideologia diglósica; é um modelo dissimétrico, nom próprio de um estado políngüe senom de um estado unitário que outorga umha cooficialidade subalterna ao idioma de umhas minorias lingüísticas (41).

No nosso impaís Aliança Popular e os "Ilustres" galegos beneficiários do paracolonialismo estatal, instalados no discurso da desigualdade, proclamam retoricamente umha reconciliação hierárquica entre galego e castelhana desde um biligüismo mítico, cientificamente absurdo após os estudos de Fishman (42).

Com efeito, o ex-Conselheiro de Educação formulou assi a filosofia do Decreto Filgueira: "O decreto parte do bilingüismo como umha das grandes riquezas e procura um conhecimento das duas línguas que nom empobreza ningumha" (43).

Testemunha, por contra, Castelao que "a violencia asimilista do idioma do Estado foi un crime de lesa cultura". E para ele o bilingüismo gera uns transtornos que producen "un esmorecemento do lingoaxe, que comeza pol-a inhibición e remata pol-a impotencia" (44).

O testamento do nosso autor sobre o federalismo e a reivindicación da dignidade do galego tem, cremos, tal vigência que explica que Castelao "comece a ser silenciado em muitos meios em que outrora era considerado como o Espírito Santo da Nossa Terra, e *Sempre em Galiza* como a Bíblia do galeguismo. Porém o que segue umha política de achaiamento ao centralismo, já nom pode apoiar-se em Castelao. O que propugna o separatismo lingüístico entre a banda de acá e a banda de alá, já nom pode citar a Castelao como Pai da sua Igreja", como declara Carvalho Calero (45).

Mas quando o rianjeiro encara os problemas ad intra do galego achamos, como já apontamos, paradoxos e mesmo posições regressivas. Em primeiro termo Castelao levanta o tema da normalização do galego mais como umha bandeira do

(40) *Ibid.*, p. 407.

(41) Vid. Ninyoles, R.LL., em declarações ao semanário *A Nosa Terra*, 6-6-85 e Vilhar Trilho, X., "Apontamentos sobre os discriminatórios principios configuradores do estatuto legal do galego", em *Actas I Congreso...*, pp. 137-149.

(42) Fishman, J., em *Sociología del Lenguaje*, ed. Cátedra, Madrid, 1982, resume deste jeito a tese do monolingüismo social: "El bilingüismo es esencialmente una caracterización de la versatilidad lingüística... El bilingüismo sin diglosia tiende a ser transitorio tanto en términos de repertorios lingüísticos de comunidades lingüísticas como en términos de las variedades lingüísticas en sí mismas" (p. 132).

(43) Vid. *Educación e Cultura en Galicia*, ed. Xunta de Galicia, 1985, p. 35. A imposición do castelhana, pois, fica sublimada em obséquio e bençom, nom como estratégia de castração e substituição do galego mas como enriquecimento.

(44) R. Castelao, A., *Sempre en Galiza...*, pp. 103 e 104.

(45) Carvalho Calero, R., "A fala com Castelao", em *Letras Galegas*, Ed. AGAL (Associação Galega da Língua), A Corunha, 1984, p. 256.

que como um programa, que comporta um necessário planeamento normalizador e normativizador de dimensões históricas. A sua praxe idiomática contradizia em grande parte os seus postulados político-estratégicos, deixando sem conteúdo a actual tese de Fishman de que "La elección de una ortografía tiene amplias implicaciones políticas y sociales (...) siendo crucial observar sistemáticamente fuera del sistema lingüístico si queremos localizar las razones para la aceptación o rechazo de los diferentes programas de cambio lingüístico" (46), ainda que ele próprio, na teoria, estava em condições de subscrevê-la e de rechaçar, por conseguinte, o separatismo micronacionalista idiomático que hoje em dia estão a impor os *Notáveis* da Galiza.

É certo que o contexto social e o quadro jurídico-político mudáram. Mas também é verdade que, ao ficar à margem da coetânea "porfia ortográfica", o lusitanismo teórico que proclamava nom harmonizava com o conselho que Portela Valhadares publicava em *Nós*, de março de 1923: Olhando ao futuro havia de proscrever-se todo pruido enxebrista e caminhar decididamente cara a fusom com o português, pois que as dimensões autóctones estavam sobejamente afiançadas e, além do mais, só podiam fazer efectivas as suas virtualidades assumindo como modelo de referência a norma culta lusitana (47).

Castelao nem sequer utiliza a grafia erudita ou etimológica empregada por Pintos, António de la Iglesia, Viqueira, Correa Calderón, Bouza Brey, Victoriano Taibo, J. Canedo, Risco (em *Nós*, a partir de 1930) e tantos outros, embora o conselho de redacção da citada revista, no número seguinte, sob o pretexto de responder ao rogo de Luís Cortón de Arroyo para que a sua grafia lusista fosse respeitada, focasse o problema ortográfico posto por Valhadares nos seguintes termos: "Si temos adoutado xeralmente a empregada po-os escritores ourensans do XIX -Lamas Carvajal, Curros Enríquez, Saco e Arce- non é porque a teñamos por millor, pois temos que reconecer que ningunha razón centífeca hai qu'a abone, senon por pensarmos qu'a xente está mais afeita a lêr o galego escrito d'ise xeito que foi o que mais se popularizou no noso tempo, que non na ortografía erudita que pra ben ser débérase levar" (48).

Teremos que aguardar até à carta dirigida a Sánchez Albornoz em 1944 para que Castelao mude o seu critério, quando já dez anos antes Alvaro das Casas (por nom citar Viqueira) se posicionava sobre o problema nos seguintes termos:

"Cuido que deberíamos sujeitar-nos no possível ao português, tanto mais que, na maior parte dos casos, ficávamos mais dentro das nossas formas originárias: *Deus* por *Dios*; *mai* por *nai*; *sinos* por *campás* (...) E melhor ainda se nos sujeitássemos à ortografia lusitana. Cientificamente este é o nosso caminho (...). A este respeito seria mui conveniente um encontro de filólogos portugueses e galegos, para a unificação possível das nossas línguas. (...)

(46) Fishman, J., *op. cit.*, p. 203 e Fernández Velho, P., "Língua e identidade nacional", em *Actas I Congreso...*, pp. 31-45.

(47) Portela Valhadares, M., "Encol da lingua galega", em *Nós*, núm. 17 (Março de 1923), pp. 2-7.

(48) Revista *Nós*, núm. 18 (Julho de 1923), p. 12.

No convívio com o português o galego se tornaria mais rico, multiplicando as suas formas, actualizando-se, adiantando séculos no seu desenvolvimento" (49).

Na verdade a praxe lingüística de Castelao, lastrada polo seu conceito romântico-idealista do idioma (do mesmo modo que o seu progressismo liberal e radicalismo democrático ficou eivado por umha ideia organicista de naçom), nom ultrapassa um enxebrismo digno, coerente e autoexigente, preocupado decerto por evitar deturpaçons castelhanizantes e no que achamos louçania verbal e autenticidade coloquial (50), distante, com efeito, do "plebeísmo" idiomático de Rosalia ou Lamas Carvajal e do castrapo castelhanizante e subsidiário do espanhol que agora os poderes públicos querem institucionalizar.

Os postulados do nosso autor desautorizam sobretudo o antilusismo visceral de algum Instituto universitário, bem que nom sejam suficientes para desenhar umha alternativa idiomática ajeitada para esta fase constituinte do galego como "língua extensa e útil" com que ele sonhava e que o reintegracionismo de hoje tenta transformar em realidade histórica.

(49) Vid. *Grial* (Vigo), núm. 47 (Janeiro-Março de 1975), pp. 100-101 e Alvaro das Casas, "Valorizaçom política do galego", revista *Alento*, núm. 5 (1934), pp. 87-90, cit. por Rodrigues Lapa, M., "Alvaro das Casas e a reintegração lingüística galego-portuguesa", em *Actas I Congresso...*, pp. 265-269.

(50) Carvalho Calero, R., "Teatro de Castelao", em *Letras Galegas...*, p. 251.